



Cataguases, 05 de junho de 2025

Ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Cataguases

Sra. Nilyê Faria de Oliveira

Prezada,

Em atenção ao pedido de esclarecimento à impugnação apresentada tempestivamente pelo Leiloeiro Ruam Carlos Chaves Gotargo e o Leiloeiro Daniel Elias Garcia, venho, respeitosamente, apresentar os esclarecimentos e decisões da Administração quanto aos pontos suscitados:

### **1. Definição da ordem de atendimento aos credenciados**

Reconhecendo a pertinência da observação sobre o critério de ordem de atendimento, a Administração promoverá a alteração do critério inicialmente previsto, substituindo a ordem cronológica de assinatura dos termos de credenciamento por sorteio público entre os credenciados habilitados, conforme autorizado pelo art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O sorteio ocorrerá ao final da sessão de abertura ou em outro momento oportunamente definido pelo agente de contratação, com comunicação prévia durante a sessão pública, a qual será transmitida ao vivo, conforme os princípios da transparência e publicidade que regem os atos administrativos.

### **2. Entrega da documentação exclusivamente física**

A exigência de entrega exclusivamente física da documentação, seja de forma presencial ou por envio postal, permanece válida, legal e compatível com os princípios da segurança jurídica, autenticidade documental e organização administrativa.

Conforme disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, a utilização de meios eletrônicos deve ser preferida sempre que possível, o que não impõe obrigatoriedade absoluta em todos os procedimentos, sobretudo em credenciamentos realizados de forma direta e física, como neste caso.

Destaca-se que a entrega via Correios, transportadora ou equivalente foi expressamente admitida, possibilitando ampla participação, inclusive de interessados fora da sede administrativa.

O modelo adotado atende aos princípios da isonomia, publicidade e economicidade, garantindo que todos os participantes sejam submetidos às mesmas condições, sem qualquer prejuízo à competitividade do certame.

A abertura dos envelopes além de ser gravada em áudio e vídeo conforme art. 17 da Lei Federal 14.133/2021, será transmitido ao vivo no página oficial da Prefeitura de Cataguases.

- Sobre o pedido de esclarecimento o qual informa que não foi garantido o prazo legal mínimo exigido para a entrega dos documentos.

Em resposta à alegação do interessado quanto ao suposto descumprimento do prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis previsto no §3º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre esclarecer que não procede a interpretação apresentada.



O referido dispositivo legal dispõe:

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Ademais, no caso em questão, a publicação do aviso foi realizada no dia 01/06/2025, estabelecendo como data de abertura o dia 25/06/2025, o que garante um intervalo de 15 (quinze) dias úteis entre a publicação e a data limite para a conferência dos documentos, muito além do prazo legal mínimo previsto.

Quanto à aceitação de documentação a partir do dia 02/06/2025, não há qualquer ilegalidade, desde que respeitado o prazo mínimo necessário para a conferência da documentação pelos agentes responsáveis, conforme previsto na própria Lei nº 14.133/2021.

Portanto, não houve qualquer violação ao disposto na legislação vigente, tendo sido garantidos todos os princípios da publicidade, isonomia e competitividade.

### 3. Publicação do edital no Portal Nacional de Compras Públicas

O processo de credenciamento em questão já se encontra devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, garantindo o pleno cumprimento dos deveres de publicidade e controle previstos na Lei nº 14.133/2021.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/17702499000262/2025/83>

### 4. Exigência de comprovação de residência no Estado de Minas Gerais há mais de 05 (cinco) anos como critério de habilitação.

De acordo com o Decreto Federal nº 21.981/1932, que regula a atividade de leiloeiros oficiais no território nacional.

Art. 2º Para ser leiloeiro, é necessário provar:

- a) ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- b) ser maior de vinte e cinco anos;
- c) **ser domiciliado no lugar em que pretenda exercer a profissão, há mais de cinco anos;**
- d) ter idoneidade, comprovada com apresentação de caderneta de identidade e de certidões negativas dos distribuidores, no Distrito Federal, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas Justiças, e, nos Estados e no Território do Acre, pelos Cartórios da Justiça Federal e Local do distrito em que o candidato tiver o seu domicílio.

Em consonância com o parecer jurídico, solicito que **sejam excluídos os itens abaixo:**

3.5.3 Comprovação de domicílio no Estado de Minas Gerais há mais de 05 anos;

3.5.3.1 A comprovação que reside no local há mais de 5 anos deverá ser apresentada através de documentos oficiais que demonstrem sua residência naquele local por esse período, como



comprovantes de serviços públicos (água, luz, telefone), declarações de Imposto de Renda, contratos de locação ou compra e venda de imóveis, ou mesmo certidões de quitação eleitoral.

**E que seja retificado o item 3.5.5 para:**

3.5.5 Certidão da matrícula na Junta Comercial **há mais de 05 (cinco) anos** do Estado de MG e comprovação de habilitação leiloeiro público oficial;

## **5. Suspensão temporária do recebimento de envelopes**

Informamos que não haverá suspensão do prazo para entrega dos envelopes, uma vez que o edital será republicado com as devidas retificações e com a prorrogação do prazo de entrega, de forma a assegurar a isonomia entre os participantes.

Os envelopes já entregues permanecerão válidos. Caso algum participante opte por apresentar novo envelope, será considerado válido apenas o último entregue, desconsiderando o(s) anterior(es).

Ressaltamos que a vigência das certidões será considerada a partir da data da primeira publicação do edital, ou seja, 02 de junho de 2025, conforme previsto originalmente, sem prejuízo do direito do agente de contratação solicitar aos participantes, caso necessário, a apresentação de certidões atualizadas no momento da abertura dos envelopes, em atenção aos princípios da legalidade.

Atenciosamente,

*Daniel Renault de Castro*  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
MATRICULA: 315319

---

Daniel Renault de Castro  
Secretário Mun. de Administração